



DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA E SISTEMA DE SAÚDE: EVIDÊNCIAS E DESAFIOS DE GOVERNANÇA EM ARUANÃ-GO

Nome: Karine Aparecida Obalhe da Silva Piorski¹, Gabriela dos Reis Gomes², Josana de Castro Peixoto³ Andréia Juliana Rodrigues Caldeira⁴

¹ Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, Goiás, Brasil.

² Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, Goiás, Brasil.

³ Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, Goiás, Brasil.

⁴ Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, Goiás, Brasil.

E-mail: karine.piorski@ueg.br; gabrieladrg01@gmail.com;
josana.peixoto@gmail.com; andreiajuliana@ueg.br

As doenças de veiculação hídrica constituem problema de saúde pública, diretamente associadas à qualidade da água, condições ambientais e acesso ao saneamento básico. Torna-se fundamental articular dimensões ambientais, sociais e econômicas, sob a perspectiva da sociobioeconomia, para compreender as relações entre água, saúde e desenvolvimento. Este estudo investiga a relação entre essas doenças, a pressão sobre o sistema público de saúde e a governança hídrica em Aruanã-GO, a partir da percepção de profissionais do SUS e da gestão de saúde local. A metodologia constituiu na aplicação de formulários a enfermeiros, médicos e gestores da saúde, buscando captar percepções sobre ocorrência de doenças, registros, demanda por serviços e articulação institucional. Os resultados evidenciam a presença de agravos como giardíase, amebíase, gastroenterites e diarreias, com variações sazonais associadas aos períodos de seca e cheia. Contudo, houve divergência entre profissionais quanto à detecção desses casos, além de registros incompletos e fatores que dificultam a notificação: baixa procura por atendimento e limitações diagnósticas. A demanda por serviços pode atingir mais de 20% em períodos críticos, embora o impacto sobre as unidades seja percebido como baixo a moderado. A discussão revela um paradoxo: a ocorrência de doenças não se traduz plenamente em pressão sobre o sistema de saúde, sugerindo subnotificação e naturalização dos agravos. Além disso, identificam-se desigualdades territoriais, com maior vulnerabilidade entre populações ribeirinhas, indígenas e rurais. Embora existam estruturas de prevenção e alguma articulação entre setores, a governança hídrica apresenta limitações operacionais, especialmente na integração entre saúde e saneamento. Conclui-se que a baixa pressão sanitária observada pode não refletir plenamente condições adequadas de abastecimento, podendo estar associada a fragilidades institucionais e perceptivas, como subnotificação, limitações diagnósticas e baixa procura por atendimento. Torna-se necessário fortalecer integração entre políticas públicas, ampliar o saneamento e aprimorar os sistemas de informação, reduzindo agravos evitáveis e desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-Chaves: Sociobioeconomia; recursos hídricos; doenças veiculadas; Aruanã.



XX CONGRESSO
BRASILEIRO DE
LIMNOLOGIA
JUIZ DE FORA - MG

